

 Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional do Marajó (CNPJ 23.453.830/0004-12) - EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS	
Notas	2025	2024	
ATIVO Circulante			
Caixa e equiv. de caixa	4	6.415.600	3.248.782
Contas a receber	5	951.613	5.061.668
Estoques	6	1.043.187	793.355
Outros créditos		370.297	429.990
Despesas antecipadas		4.095	4.436
Depósitos judiciais	13	126.351	-
Contratos de gestão	3m	11.722.861	10.123.335
Total do Ativo Circulante		20.634.004	19.661.566
Não Circulante			
Depósitos judiciais	13	-	315.353
Contas a receber	5	6.694.453	6.694.453
Imobilizado - Próprio	7a	888.924	356.732
Imob. - Contr. de Gestão	7b	1.917.582	2.291.118
Total do Ativo não Circul.		9.500.959	9.657.656
Total do Ativo		30.134.963	29.319.222
PASSIVO E PATR. SOCIAL Circulante			
Fornecedores	8	5.432.755	7.009.887
Obrigações trabalhistas	9	2.939.529	3.049.099
Obrigações sociais	10	516.690	472.739
Obrigações fiscais		243.956	188.549
Outras contas a pagar	11	469.380	446.806
Partes relacionadas	12	344.727	135.049
Contratos de gestão	3m	11.722.861	10.123.335
Total do Passivo Circul.		21.669.898	21.425.464
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	41.840	41.840
Provisões para contingências	13	1.739.633	1.959.633
Receitas diferidas	14	2.037.088	2.517.202
Total do Passivo não Circ.		3.818.516	4.518.675
Patrimônio Social			
Patrimônio social		3.375.083	3.480.766
Superávit (déficit) acumulado		1.271.421	(105.683)
Total do Patrimônio Social		4.646.504	3.375.083
Total do Pas. e Patr. Social		30.134.963	29.319.222
Demonst. de Resultados e de Resultados Abrangentes			
Notas	2025	2024	
Receitas Operacionais			
Serviços prest. pacientes SUS		60.476.823	60.294.768
Receita Líquida		60.476.823	60.294.768
Custos			
Serviços de terceiros		(28.458.174)	(28.243.705)
Pessoal e encargos		(14.145.080)	(13.713.978)
Materiais e medicamentos		(8.297.280)	(7.966.130)
Superávit / (Déficit) Líquido		9.576.289	10.370.955
Despesas			
Pessoal e encargos		(3.536.270)	(3.428.494)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(7.191)	(9.474)
Depreciação/amortização		(439.287)	(425.123)
Despesas gerais e admin.	15	(5.280.609)	(6.932.079)
Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro		312.932	(424.215)
Finanças Líquidas			
Despesas financeiras		(115.106)	(149.208)
Receitas financeiras		317.885	165.327
Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas		515.711	(408.096)
Doações e subvenções		-	-
Outras receitas e despesas		755.710	302.413
Superávit / (Déficit) do Exer.		1.271.421	(105.683)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total Resultado Abrangente		1.271.421	(105.683)
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Patrimônio Super./ (Déficit)			
Saldos 31/12/23	3.989.189	(508.423)	3.480.766
Incorporação ao Patrimônio Social	(508.423)	508.423	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(105.683)	(105.683)
Saldos 31/12/24	3.480.766	(105.683)	3.375.083
Incorporação ao Patrimônio Social	(105.683)	105.683	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	1.271.421	1.271.421
Saldos 31/12/25	3.375.083	1.271.421	4.646.504
NOTAS EXPLICATIVAS			
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRP tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios.			
b. Contrato de Gestão: O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2022, vigente até 21/03/2026. O INDSH é uma			
trações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:			
Taxa Anual de Depreciação - %			
Aparelhos Med. e Cir.		10%	
Benefetórias		10%	
Instalações		10%	
Instrumentos de Cirurgia		10%	
Máquina e Equipamentos		10%	
Movéis e Utensílios		10%	
Movéis e Utensílios Hosp.		10%	
Aparelhos Telefônicos		20%	
Eq. Informática		20%	
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apropriação do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos: Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.			
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 13 de Fevereiro de 2026. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Os principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demons-			
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
	2025	2024	
Receitas			
Serviços prest. pac. SUS	61.232.533	60.597.181	
Outras receitas e despesas	60.476.823	60.294.768	
(-) Glosas	-	-	
Insumos adquiridos de terceiros	(42.036.063)	(43.141.914)	
Serviços de terceiros	(28.458.174)	(28.243.705)	
Materiais e medicamentos, Desp. gerais e admin.	(13.577.889)	(14.898.209)	
Valor adic. bruto (1-2)	19.196.470	17.455.267	
Retenções	(439.287)	(425.123)	
Depreciação/amortização	(439.287)	(425.123)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	18.757.183	17.030.144	
Valor adic. receb. em transfer.	317.885	165.327	
Receitas financeiras	317.885	165.327	
Valor adic. total a distrib. (5+6)	19.075.068	17.195.471	
Distrib. do valor adicionado	19.075.068	17.195.471	
Pessoal e encargos	17.681.350	17.142.472	
Impostos, taxas e contribuições	7.191	9.474	
Despesas financeiras	115.106	149.208	
Superávit / (Déficit) do Exercício	1.271.421	(105.683)	
Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			
Âmbito	Legislação	Publicação	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967	
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.			

Continua..